

A economia de sobrevivência e as empreendedoras

O aumento das empreendedoras moçambicanas intensificou-se a partir do programa de reestruturação imposto pelo FMI. Com o incremento das privatizações, na década de 90, o desemprego lançou no sector informal da economia milhares de mulheres que tiveram de “desenrascar a vida”.

Na maioria dos países africanos, os resultados de planos de reajuste estrutural programados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial revelaram-se um fracasso na tentativa de criação de economias sustentáveis. E Moçambique não foge à regra.

Após 20 anos do plano de reajustamento estrutural, seguindo as orientações das instituições de Bretton Woods, a economia moçambicana continua em estado de fragilidade latente, quando exposta às crises financeiras e de combustíveis que, de tão comuns, já se tornaram regulares na actualidade.

A fraqueza dos Estados africanos e a necessidade de integração das economias levou a uma proliferação de organizações regionais: Conferência para a Organização do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), Comunidade Económica dos Países da África Ocidental (ECOWAS), sob a alçada da Organização da Unidade Africana (OUA), que têm tentado metas como a livre mobilidade de mão-de-obra (ECOWAS) e a eliminação de barreiras comerciais (Comunidade Económica da África Oriental, CEAO) e as têm atingido com algum sucesso. Estas organizações internacionais demonstram que a integração dos países representa frequentemente uma ameaça para as suas elites – ao facilitar o comércio inter-regional, as elites africanas ficam sem a fonte de receitas proporcionadas pelas barreiras comerciais, através da cobrança dos impostos.

O governo através do Estado oferece uma relativa assistência técnica, em diferentes campos, principalmente saúde, educação e agricultura. Então, o papel do Estado não é dirigir, mas facilitar certas funções, dependendo substancialmente do apoio e da cooperação dos chefes tradicionais, empresários e líderes comunitários para mobilizar as populações para certas tarefas destinadas ao bem comum.

Nos anos 80 e 90 foi reforçado o papel central no financiamento, pela ajuda das agências doadoras internacionais a programas contra a fome, de reconstrução das aldeias abandonadas durante a guerra, de aparelhamento de escolas e hospitais e ao trabalho com líderes religiosos.

Observando-se as formas apresentadas pela economia de sobrevivência, o formal e o informal são vistos numa perspectiva dual nos países africanos. Em geral, pode dizer-se que os governos se preocupam mais com o formal, enquanto as organizações não governamentais, as agências doadoras e os antropólogos dão suporte e apoio à denominada economia informal. Esta é considerada por Anita Spring como o maior catalisador do crescimento económico, quer nos países industrializados, quer nos países em desenvolvimento.

Os empreendedores criam novos negócios e o emprego cresce, para além de providenciarem novos bens e serviços, fortalecendo a economia local e nacional. Desta forma, as mulheres jogam um papel relevante na esfera empreendedora em todos os países africanos, e de forma particular em Moçambique.

As empreendedoras desenvolveram-se ao longo dos últimos 30 anos, mas o seu crescimento fez-se com maior intensidade, a partir do Programa de Reestruturação Económico imposto pelo FMI a partir de meados da década de 80. Em resultado do incremento das privatizações, na década de 90, o desemprego lançou no sector informal milhares de mulheres que tiveram que “desenrascar a vida”.

Há cerca de 5 anos, o desenvolvimento económico a partir dos distritos tem favorecido o apoio às mulheres empreendedoras, têm sido geradas várias acções, cuja direcção focaliza uma atenção redobrada ao desenvolvimento local e onde se procura facilitar e flexibilizar as formas de financiamento de algumas das actividades na vida das comunidades.

Em África, a maior parte das micro e pequenas empresas informais pertencem a mulheres. Um estudo feito entre 1980-98, em 50.000 negócios pesquisados na África Ocidental e Setentrional, revela que 48% são da responsabilidade de mulheres.

Maria Antónia Lopes